



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



RESOLUÇÃO Nº 354-COUN/UFMS, DE 22 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre as normas para a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, na Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020, do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, e na Resolução nº 311, Coun, de 14 de novembro de 2023, e considerando o contido no Processo nº 23104.025295/2020-16, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas as normas para a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional - PEI no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Art. 2º O Planejamento Estratégico Institucional é um processo administrativo contínuo, sistemático, organizado a fim de minimizar os riscos e possibilitar a tomada de decisões mais eficiente e eficaz para os gestores institucionais, buscando sempre maior gestão e efetividade dos resultados e dos recursos.

Art. 3º O Planejamento Estratégico Institucional alinha-se ao estabelecido no Sistema de Governança Institucional - Sigovi, como uma prática da estratégia de Governança da UFMS e deve ainda:

I - estar alinhado aos princípios de Sustentabilidade Ambiental, Responsabilidade Social e Governança - ESG, buscando integrar práticas que promovam o desenvolvimento sustentável da Instituição; e

II - subsidiar uma gestão democrática e transparente assegurando a participação ativa da Comunidade Universitária e demais partes interessadas.

Art. 4º O Planejamento Estratégico Institucional é composto pelo compêndio dos seguintes documentos norteadores:

I - Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional - PDI-PPI;



II - Plano de Desenvolvimento das Unidades - PDU da Administração Central - UAC e da Administração Setorial - UAS;

III - Planos de Gestão Temáticos - PGTs; e

IV - Plano de Gestão Anual - PGA.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL INTEGRADO AO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Art. 5º O Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional é a ferramenta de planejamento estratégico da UFMS que apresenta de maneira integrada as orientações de médio e longo prazo, a fim de possibilitar a realização das aspirações da Comunidade Universitária e da sociedade em geral nas áreas de atuação da Universidade, bem como estabelecer a continuidade das boas práticas acadêmicas.

§1º O Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional objetiva descrever o conjunto de metas e ações declaradas pela Instituição, no período de seis anos, observando os normativos vigentes, contendo, no mínimo:

I - missão, visão e valores;

II - cadeia de valor;

III - modelo de gestão;

IV - modelo de negócio;

V - objetivos, metas e indicadores;

VI - mapa estratégico;

VII - Projeto Pedagógico;

VIII - organização didático-pedagógica; e

IX - demais elementos constantes nos normativos legais vigentes.

§2º O Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional deve ser publicado em um portal específico da-UFMS, bem como todas as etapas do processo de construção.

Art. 6º O Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional deverá ser elaborado e gerenciado mediante a participação da Comunidade Universitária e demais partes envolvidas - governos locais, sociedade civil organizada, órgãos representativos, população em geral - por meio dos seguintes mecanismos:

I - consultas públicas;

II - páginas de transparência e prestação de contas; e

III - painéis e relatórios de monitoramento.

Art. 7º O Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional deverá ser:

- I - aprovado pelo Conselho Universitário;
- II - monitorado e avaliado continuamente pelo setor responsável, com, no mínimo, a elaboração de um relatório anual de avaliação do instrumento; e
- III - realinhado, se necessário, conforme demandas estratégicas institucionais.

CAPÍTULO III

DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DAS UNIDADES

Art. 8º O Plano de Desenvolvimento das Unidades é a ferramenta de planejamento tático e operacional, vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional, desenvolvido no âmbito das Unidades da Administração Central - UACs e das Unidades da Administração Setorial - UAS.

Art. 9º O Plano de Desenvolvimento das Unidades tem como objetivo descrever o conjunto de metas e ações declaradas pela Unidade, no período de seis anos, seguindo as diretrizes constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional, contendo, no mínimo:

- I - caracterização da Unidade, contendo suas atribuições e competências;
- II - histórico da Unidade;
- III - estrutura organizacional;
- IV - quadro de pessoal;
- V - cursos e vagas;
- VI - quantitativo de discentes;
- VII - projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, laboratórios;
- VIII - plano de expansão dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação;
- IX - plano de expansão e melhoria de espaço físico;
- X - objetivos, metas, indicadores; e
- XI - cronograma de ação.

§1º Os incisos V, VI, VII e VIII deste artigo são aplicáveis apenas para as Unidades da Administração Setorial.

§2º O Plano de Desenvolvimento das Unidades deve ser publicado em um portal específico da UFMS.

§3º Os instrumentos específicos de planejamento táticos-operacionais obrigatórios por normativos federais, utilizados por Unidades da Administração Central, serão aceitos como o Plano de Desenvolvimento da Unidade, desde que cumpram os requisitos

descritos neste artigo, e tenham parecer favorável da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças.

Art. 10. O Plano de Desenvolvimento das Unidades deverá ser:

I - aprovado pelo Conselho da Unidade, no caso de Unidade da Administração Setorial;

II - apreciado mediante manifestação do Comitê de Governança Institucional, no caso de Unidade da Administração Central;

III - monitorado e avaliado continuamente pelo setor responsável, com, no mínimo, a elaboração de um relatório anual de avaliação do instrumento; e

IV - realinhado, se necessário, conforme demandas estratégicas institucionais.

CAPÍTULO IV

DOS PLANOS DE GESTÃO TEMÁTICOS

Art. 11. Os Planos de Gestão Temáticos - PGTs, têm como objetivo traduzir políticas institucionais e normativas federais em ações específicas e organizadas, visando alcançar os objetivos definidos, por meio de estratégias, recursos, prazos, metas e indicadores, buscando implementar as diretrizes constantes para a temática.

§1º Não se enquadram—como Plano de Gestão Temático os planos ou programas vinculados à pós-graduação, gestão de desempenho, assistência à saúde, e outros que venham a ter regulamentação própria.

§2º O termo “Programa de Gestão Temático” será tratado como sinônimo de “Plano de Gestão Temático” e deverá obedecer às mesmas especificações constantes nesta Resolução.

Art. 12. Os Planos de Gestão Temáticos devem estar diretamente vinculados a um normativo federal, política ou estratégia instituída pela UFMS.

Art. 13. Os Planos de Gestão Temáticos devem ser elaborados com clareza, coerência e objetividade no texto, buscando apresentar seus elementos de maneira adequada, destacando a viabilidade do seu cumprimento.

§1º Os Planos de Gestão Temáticos deverão conter, no mínimo:

I - período de execução/vigência: descreve o intervalo de tempo durante o qual o Plano será implementado e estará vigente;

II - Comitê de Governança vinculado: descreve a instância responsável pelo controle e monitoramento do Plano;

III - Unidade Gestora do Plano: especifica a Unidade da UFMS responsável pela coordenação do Plano e suas respectivas entregas;

IV - referenciais: especifica os documentos, políticas, normas que fundamentam e orientam a elaboração do Plano;

V - métodos: descreve as abordagens, técnicas e processos que serão utilizados para a implementação do Plano;

VI - objetivos: define a finalidade do plano, ou seja, o que se pretende alcançar com a implementação do Plano, de forma clara e mensurável;

VII - metas e indicadores: lista os indicadores de desempenho que serão utilizados para medir o progresso e os objetivos específicos que deverão ser atingidos; e

VIII - cronograma de ação: apresenta cada entrega a ser realizada para atingir o objetivo, contendo prazos e indicação de responsáveis.

Art. 14. Os Planos de Gestão Temáticos devem ser trabalhados em um conjunto específico de Projetos Administrativos, a serem executados pelas Unidades envolvidas nas ações previstas nos Planos.

§1º O Projeto Administrativo é um esforço de caráter único e temporário, que desdobra as entregas previstas nos Planos em ações específicas.

§2º Os Projetos Administrativos diferenciam-se de Projeto Pedagógico Institucional, Projetos de Ensino, de Pesquisa e de Extensão, que possuem regulamentações e objetivos específicos distintos.

§3º Caberá à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças a publicação de orientações relativas ao Plano de Gestão Temático e Projetos Administrativos.

Art. 15. Os Planos de Gestão Temáticos deverão ser:

I - apreciados, mediante manifestação pelo Comitê de Governança Institucional - CGI;

II - vinculados preferencialmente a um Comitê Permanente de Apoio, dependendo do tema de interesse, podendo estar ligado ao Comitê de Governança Institucional, se for necessário;

III - aprovados pelo Conselho Diretor;

IV - monitorados e avaliados periodicamente, por meio da elaboração de relatórios parciais, anuais ou finais, apreciados pelos respectivos Comitês; e

V - realinhados, se necessário, conforme demandas estratégicas institucionais.

§1º Os Planos de Gestão Temáticos serão submetidos ao Comitê de Governança Institucional somente após análise e parecer favorável da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças.

§2º Caberá à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças a definição de modelo, orientação e coordenação do monitoramento e avaliação, prevista no inciso IV.

§3º Caberá ao dirigente da Unidade Gestora do Plano a prestação de contas para monitoramento e avaliação periódica dos Planos, prevista no inciso IV, além das análises pertinentes para realinhamento, se necessário, previstas no inciso V.

CAPÍTULO V DO PLANO DE GESTÃO ANUAL

Art. 16. O Plano de Gestão Anual representa o instrumento de planejamento e programação das ações orçamentárias previstas na Lei de Orçamento Anual - LOA e planos orçamentários, com a respectiva vinculação aos objetivos, metas e indicadores de desempenho previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional, e deverá:

- I - ser aprovado pelo Conselho Diretor;
- II - prever as ações a serem desenvolvidas e a estimativa de recursos orçamentários e cronograma de desembolso dos recursos financeiros necessários ao alcance das metas definidas; e
- III - ser monitorado e avaliado periodicamente.

Art. 17. O Contrato de Gestão é o instrumento do Plano de Gestão Anual que deverá ser pactuado entre a Reitoria e as Unidades da Administração Central para indicar os programas, projetos, ações, resultados e metas relacionados aos processos finalísticos e de gestão, anualmente.

CAPÍTULO VI DO MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Art. 18. O Planejamento Estratégico Institucional deverá ser monitorado de forma sistemática pelos dirigentes de Unidade, pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, e acompanhado pelo Comitê de Governança Institucional.

Art. 19. As principais ferramentas de avaliação dos resultados das estratégias constantes no Planejamento Estratégico Institucional são:

- I - Relatório de Gestão;
- II - Relatório do Plano de Desenvolvimento Institucional Integrado ao Projeto Pedagógico Institucional;
- III - Relatório dos Planos de Desenvolvimento das Unidades;
- IV - Relatório dos Planos Administrativos Temáticos;
- V - Relatório de Autoavaliação Institucional; e
- VI - Relatório do Plano de Gestão Anual.

CAPÍTULO VI



DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê de Governança Institucional, no âmbito de sua competência.

Art. 21. Fica revogada a Resolução nº 86, de 9 de abril de 2021.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na sua data de publicação.

MARCELO AUGUSTO SANTOS TURINE,

Presidente.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Santos Turine, Presidente de Conselho**, em 25/08/2024, às 11:38, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5052831** e o código CRC **06701BFA**.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67) 3345-7041

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.000035/2024-61

SEI nº 5052831

